**Moradores de São Caetano do Sul pedem " SOCORRO "**
Grupo Público · 40,1 mil membros

Publicado em 21/11/2025 - 08:43

## Se estivesse tudo certo, não haveria motivo para fugir

---

**Roberto Amancio Cruz** · Seguir
3 h ·

Se estivesse tudo certo, não haveria motivo para fugir. Quem se recusa a falar diante da CPI mostra que há mais perguntas do que respostas — e que a verdade pesa mais do que o silêncio.

DIÁRIO DO GRANDE ABC · QUINTA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 2025

**política** Inclui Economia, Automóveis e Esportes

# Stefânia Wludarski foge da CPI da Dívida em São Caetano e medida coercitiva é autorizada

Ex-secretária na gestão Auricchio poderá ser levada à força em uma próxima oitiva na Câmara

WILSON OLIVEIRA
wilsonoliveira@diariom.com.br

Stefânia Wludarski, ex-secretária da Fazenda na gestão do ex-do prefeito José Auricchio Júnior (PSD), fugiu da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) da Dívida em curso na Câmara de São Caetano. A oitiva marcada para as 9h de ontem, em reunião aberta no plenário, ocorreu sem a presença da principal testemunha. A defesa de Stefânia, segundo os integrantes do grupo de trabalho, enviou e-mail às 7h01 desta quarta-feira (19) informando o não comparecimento da cliente.

Sem conseguir ouvir a peça-chave responsável pelas Finanças da Prefeitura na gestão anterior, a CPI recorreu a outros meios para que Stefânia possa prestar esclarecimentos. Foi aprovada uma medida coercitiva: caso a ex-secretária se recuse a comparecer na data ainda a ser definida, poderá ser conduzida à força pela Polícia Militar ou por outra autoridade determinada pela Justiça.

O depoimento da ex-secretária corroboraria as investigações da CPI, uma vez, que poderia esclarecer pontos obscuros da apuração conduzida pelos vereadores César Oliva (PSD), presidente, Edson Parra (Podemos), relator, e Manoel Munhoz (Professional), proponente da comissão, além de técnicos legislativos e pela Fundaus.

DEFESA: Errata e mal-estar horas antes da oitiva informando o não comparecimento de Stefânia

empresa de auditoria.

As apurações começaram em junho, após aprovação da instauração da CPI. Na primeira etapa foram analisadas pouco mais de dez mil páginas de documentos fiscais e contábeis. Em uma segunda fase, o número saltou para 14 mil e ontem, durante a reunião, com a presença de dez vereadores, o dossiê reuniu mais de 30 mil folhas.

As análises levaram à constatação de que durante a última gestão do sucessor de Auricchio Júnior o município arrogou individualmente da R$ 1,15 bilhão, boa parte deste difícil contraído nos últimos seis meses de governo. Outro ponto ainda nebulosos que precisa ser esclarecido refere-se ao cancelamento de R$ 30 milhões em pagamentos a fornecedores no apagar das luzes, em 30 de dezembro de 2024.

A expectativa da CPI era a de endurecer se o ponturo foi adiberada para prejudicar a gestão do sucessor de Auricchio, no caso, o prefeito Tito Campanella (PL).

As declarações de Stefânia poderiam indicar se houve má-fé com a promoção de pedaladas fiscais e contábeis, ou se o alto endividamento se deu de forma não dolosa, ou seja, sem a intenção de lesar a municipalidade e prejudicar futuras ações de governo.

Oliva, enquanto presidente da CPI, lamentou a ausência da ex-secretária. "A Stefânia foi devidamente intimada. Agimos dentro da legalidade. As justificativas apresentadas já foram superadas. Entre as alegações, disse que aguarda documentos solicitados à Prefeitura via LAI (Lei de Acesso à Informação). Entretanto, todos os 30 mil documentos analisados estão e sempre estiveram à disposição dela e de sua defesa", afirmou.

Parra, vereador responsável pela relatoria, demonstrou frustração com relação a ausência da principal testemunha na oitiva e levantou dúvidas sobre o real motivo de ter fugido da CPI. "Será que ela (Stefânia) tem segredos técnicos cabíveis e adequados? Se os fosse ela, viria aqui responder todas as perguntas abertamente", afirmou o parlamentar.

Agora, com a autorização dada pela CPI para a adoção de medida coercitiva, a Procuradoria da Câmara, responsável pelos trâmites legais da Casa, fará os devidos encaminhamentos à Justiça, que analisará o pedido. Caso os seguintes sejam aceitos, Stefânia será notificada por oficial judiciário para comparecer à oitiva e, em caso de não comparecimento da intimação, a ex-secretária poderá ser levada à força. A Polícia Militar ou outra instituição equivalente poderá ser acionada com a devida autorização legal. Uma nova data para o depoimento só será agendada após decisão judicial.

A ausência da testemunha interfere diretamente na conclusão dos trabalhos da CPI. Com isso, mais 120 dias foram adicionados para a conclusão do relatório, que após finalizado será levado a plenário e, posteriormente, encaminhado ao MP-SP (Ministério Público) de São Paulo.

O **Diário** não localizou Stefânia na sua defesa. O espaço segue aberto para futuras manifestações.

## Ex-secretária age na surdina e sofre revés

A ex-chefe das finanças de São Caetano e atual secretária-adjunta de Fazenda e Planejamento de Cotia, Stefânia Wludarski, convocada na condição de testemunha para prestar endividamentos à CPI da Dívida, agiu na surdina para tentar suspender sua presença na oitiva que deveria ter ocorrido ontem, no plenário do Legislativo são-caetanense. No entanto, sofreu revés e teve o pedido negado.

Stefânia acionou a Justiça para suspender sua participação na reunião aberta da Comissão Parlamentar de Inquérito, sob o argumento de que a Prefeitura não entregou documentos fiscais, contábeis e outros solicitados do tempo em que era secretária, a fim de que pudesse embasar a própria defesa.

No entanto, a juíza da Primeira Vara Cível de São Caetano, Érika Ricci, indeferiu o pedido, alegando que não há entendimento de que a Prefeitura negou-se a entregar os documentos.

"A recusa da impetrante (Stefânia) em comparecer ao da CPI está fundamentada, em grande parte, na não obtenção de cópias de documentos de volume vultoso (superior a 30 mil folhas em um dos processos), e em que o impetrado (Prefeitura) condicionou ao pagamento do preço público correspondente (estimado em R$ 9.013,80 por processo), conforme previsto no Decreto Municipal", apontou a magistrada.

A oitiva, segundo a Justiça, é legítima e amparada na LAI (Lei de Acesso à Informação), que estabelece: "É facultado aos órgãos e entidades públicas cobrar o custo dos serviços de reprodução de documentos solicitados, visando resarcir os custos incorridos."

Na entrega desse entendimento, a magistrada registrou em documento datado em 18 de novembro, ao qual o **Diário** teve acesso exclusivo, sua decisão de indeferir o pedido de tutela cautelar incidental. "Utilizar o mandado de segurança com base na LAI para paralisar as atividades do Poder Legislativo em razão de uma controvérsia sobre o custeio de cópias, revela o uso desproporcional e desvirtuado do instituto legal, sendo a suspensão da CPI medida flagrantemente excessiva e desnecessária para garantir a ampla defesa."

Curtir · Comentar · Compartilhar

https://web.facebook.com/share/p/1WkeRvqUwL/

**Veículo:** Online -> Facebook -> Facebook Moradores de São Caetano do Sul pedem socorro

**Seção:** São Caetano

Copyright © Clipclap 2026.